

Teotonio pede apoio à proposta que eleva salários dos professores

Emenda que introduz reforma na educação entra na pauta amanhã. Senador pede que ela seja votada logo, para vigorar em janeiro do próximo ano

Comissão vai a Manaus debater biodiversidade

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado levou o debate do projeto sobre a biodiversidade para Manaus. Em uma audiência pública, coordenada pela senadora Marina Silva e pelo senador Osmar Dias, o tema foi debatido com representantes da comunidade. Página 3



Teotonio Vilela Filho: prioridade ao ensino básico

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) pediu que os senadores dêem apoio à proposta de emenda constitucional que obriga os municípios a aplicarem em salários de professores do ensino fundamental pelo menos 60% das verbas destinadas à educação. O plenário iniciará amanhã a votação da emenda, em primeiro turno. "Só assim as mudanças serão introduzidas em janeiro do ano que vem, principalmente a melhoria dos salários dos professores", justificou.

Depois de oferecer seu apoio à emenda, que já foi votada pelos deputados, Teotonio Vilela Filho lembrou que a proposta estabelecerá um salário médio para professores primários muito acima do nível atual. Ele destacou uma mudança importante do governo federal com a emenda - a destinação de pelo menos 30% das verbas educacionais da União ao ensino básico. Hoje, a quase totalidade dos gastos federais se destina a universidades.

A emenda estabelece que o critério para aplicação no ensino fundamental terá por base o número de alunos matriculados. Caso o dinheiro do município não seja suficiente para os novos gastos, inclusive com melhoria dos salários dos professores, o governo federal será obrigado a complementar os recursos municipais.

Suassuna cobra tratamento diferenciado ao Nordeste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso e à presidência da Embrapa para que sejam mantidos os centros de pesquisa com gado leiteiro em Umbuzeiro e Alagoinha, na Paraíba.



Ney Suassuna

de políticas diferenciadas para o Nordeste como um todo, sobretudo para a Paraíba, "onde as carências e as desigualdades são mais gritantes".

Segundo Suassuna, antes de inserir o Brasil na economia mundial, conforme preconizado no Plano de Metas, o governo federal deve concretizar a inserção da região

Nordeste no conjunto da economia brasileira, "sob pena de não só frustrar os resultados esperados pelo plano como também, e principalmente, estimular o alargamento dos desequilíbrios inter e intra-regionais.

O senador disse que a Paraíba é o estado brasileiro que, segundo estudos do Ipea e da ONU, possui o quadro de carências mais doloroso verificado no Brasil, quando se mede o Índice de Desenvolvimento Humano. Mesmo assim, conforme afirmou, nenhum programa específico do Plano de Metas federal diz respeito estritamente à reversão desse quadro desumano, a partir de investimentos localizados, direta ou exclusivamente, naquele estado.

Mauro defende liberação urgente de recursos do Proagro

Impasse burocrático prejudica pequeno agricultor; denuncia o senador. Página 4

Campos quer manter incentivos regionais à produção

Contrário a alterações nos fundos constitucionais previstas na reforma tributária, senador alerta: tais mudanças poderão acentuar ainda mais as desigualdades entre as regiões

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a manutenção do preceito constitucional que destina 3% da arrecadação dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados para o financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O senador está preocupado com as alterações desse dispositivo incluídas na proposta de reforma tributária, certo de que, se aprovadas, acentua-

rão ainda mais as desigualdades regionais.

Júlio Campos explicou que o governo pretende, além da finalidade atualmente prevista, usar esses 3% em investimentos de infra-estrutura. "Sem dúvida, a infra-estrutura é complemento indispensável aos investimentos. No entanto, não se deve retirar os recursos necessários para essas obras dos incentivos que os constituintes quiseram oferecer aos novos

empreendimentos produtivos", afirmou.

A aprovação da emenda representará uma vitória daquelas lideranças do Centro-Sul que nunca se mostraram sensíveis aos problemas que decorrem das injustas desigualdades regionais do nosso País e que sempre se empenharam em anular qualquer



Júlio Campos

instrumento de incentivo ao desenvolvimento de suas áreas periféricas - alertou Júlio Campos, defendendo a inclusão, no Orçamento da União, dos recursos necessários às obras de infra-estrutura indispensáveis ao desenvolvimento das regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

11h30 - Participa da solenidade de entrega da Ordem Nacional do Mérito, no Salão Leste do Palácio do Planalto.

12h30 - Participa de almoço com o ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Mauro César Rodrigues Pereira.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

18h - Participa da reunião da bancada do PMDB. Pauta: PLS nº 161/95 - privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Votação, em turno suplementar, do "Substituto do Senado ao PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

18h30 - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: Apreciação de 12 PDLs renovando a concessão de emissoras de rádio e tevê.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 104/95, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; "PLC nº 119/95 (não terminativo), que redireciona recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); "PLS nº 99/95-Complementar, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; e "PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do deputado federal João Almeida. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

PLENÁRIO

Quarta-feira (28.08.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: "PLS nº 161/95, que submete ao Congresso Nacional a privatização da Vale do Rio Doce; votação em primeiro turno das "PECs nºs 22/96, que trata da criação de municípios; 23/96, que trata da inelegibilidade; e 30/96, que diz respeito à reforma da educação; "PLC nº 124/92, que

acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969/73, tornando inexigível, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do Proagro, a dívida oriunda do crédito rural; "Emendas da Câmara ao PLS nº 78/92, que dispõe sobre a arbitragem; e "PLS nº 29/95, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.

Quinta-feira (29.08.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Substituto do Senado ao PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais findos; "Redação final das emendas do Senado ao PLC nº 117/94, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227/67 - Código de Mineração; "PLC nº 74/95, que inclui no Plano Nacional de Viação o trecho que menciona no estado de Minas Gerais; e primeiro dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 18/95, que trata das campanhas eleitorais, e 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

COMISSÕES

Quarta-feira (28.08.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 41/95, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; "PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; "PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição federal, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; "PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 09/96, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição federal e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da pericia oficial; PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a criação e instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes; "PLS nº 235/95 (terminativo), que dispõe sobre o crime de assédio sexual; "PLS nº 17/96 (terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; "PLS nº 189/95 (terminativo), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União; "PLC nº 44/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Mineiros; e "PLC nº 80/93, que obriga o poder público a publicar a lista dos devedores da Fazenda Pública federal, estadual e municipal e de suas autarquias. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Comissão debate recursos da biodiversidade em Manaus

Projeto da senadora Marina Silva faz das populações ribeirinhas as principais beneficiárias dos recursos da biogenética

O projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que dispõe sobre o acesso aos recursos da biodiversidade foi discutido ontem em Manaus, numa audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Participaram dos debates a autora do projeto e o relator, senador Osmar Dias (PR), bem como representantes da comunidade científica da Amazônia.

Bem impressionada com o interesse despertado pelo debate, que atraiu inclusive pessoas do Acre e do Pará, Mari-



Marina

na disse que "o debate se desenvolveu no sentido de que os seringueiros, os índios, os ribeirinhos caiçaras, devem ter algum tipo de compensação pelo seu conhecimento, que muitas vezes é utilizado pelos pesquisadores dos grandes laboratórios, os quais não dão o devido retorno", explicou.

Conforme a senadora, é fundamental que o Brasil discipline um regime de contratos jurídicos para o acesso aos recursos da biodiversidade e sobre a repartição desses benefícios com as comunidades historicamente a elas ligadas, como as indígenas.

Já o senador Osmar Dias afirmou que esse é um assunto



Osmar

to em que o Brasil não pode errar, "porque, sem nenhuma dúvida, o país tem o maior patrimônio biológico do mundo, o maior patrimônio da biodiversidade da humanidade, somando-se aí a Amazônia, a Mata Atlântica e outras regiões. E o Brasil, que está sendo pioneiro na elaboração desta norma jurídica, vai ter que fazer uma lei que sirva de exemplo para outros países. Por isso é que estamos ouvindo toda a sociedade nessas audiências públicas".

Tuma destaca policiais de nível superior em SP



Tuma

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) destacou a conclusão, em São Paulo, do Curso Superior de Polícia, o primeiro do gênero no País, promovido pela Academia de Polícia Civil do estado. Foram diplomados 58 delegados de primeira classe, que, com isso, ascenderam ao grau mais alto da carreira, a classe especial. O ato de formatura, segundo o senador, foi presidido pelo governador Mário Covas, patrono da turma.

- Esses meus colegas obtiveram novos e reciclaram antigos conhecimentos profissionais para poderem elevar ainda mais o bom nome da Polícia Civil de São Paulo como exemplo de operosidade e eficiência - disse.

Francelino defende medidas para acabar com multas de 10%

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) cobrou do Executivo as medidas prometidas pelo presidente da República



Francelino

para reduzir de 10% para 2% todas as multas cobradas por atraso de pagamento. O senador considera um "escândalo" o consumidor estar obrigado a pagar, "muitas vezes por um dia de atraso", multa de 10%, quando o índice de inflação previsto para agosto e setembro é menor que 1%.

Francelino informou já estar tramitando no Senado três projetos de sua autoria que, segundo acredita, acabam com o caráter discriminatório da lei, recentemente aprovada pelo Congresso, que estabelece multa de 2% apenas para as operações de crédito ao consumidor.

Para o senador, a lei em vigor prejudica os milhões de brasileiros que pagam impostos, taxas e contribuições, arcam com tarifas por serviços públicos ou se utilizam dos serviços privados, como mensalidades escolares, planos de saúde e condomínios.

Dutra critica projeto sobre doação de órgão

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que a aprovação do projeto que regulamenta a doação de órgãos para fins de transplante e terapêutica, pela Comissão de Seguridade Social da Câmara, inclui modificação que "pouco acrescenta à legislação brasileira atual", por rejeitar a doação compulsória, conforme estabelecia a proposta original.



Dutra

No Senado, a matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma de substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que reuniu, além da proposta do senador Dutra, as dos senadores Darcy Ribeiro (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Dutra lembrou que a doação voluntária já está prevista na legislação atual e resulta "na existência de um número extremamente reduzido de doadores no Brasil". Pela lei vigente, a doação de órgãos pode ser feita mediante manifestação desse desejo em vida ou, *post mortem*, com a aquiescência dos familiares.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Mauro cobra o pagamento do Proagro

Recursos calculados em R\$ 650 milhões já estão autorizados, mas não são liberados por conta da burocracia criada pelos órgãos competentes, reclama o senador

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) cobrou do governo federal uma solução para o impasse em torno do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro. Conforme o senador, depois da edição da medida provisória que autorizou o pagamento das indenizações devidas aos agricultores, nada foi feito para que os recursos, calculados em R\$ 650 milhões, fossem liberados.

O impasse, de acordo com Mauro, deve-se à burocracia criada pelos órgãos competentes. Segundo ele, o Banco Central não pode repassar as indenizações para o agente financeiro, porque

a Secretaria do Tesouro não liberou os recursos. E a liberação não ocorreu porque a suplementação orçamentária não foi providenciada pelo Ministério do Planejamento.

- É cruel essa disparidade de forças. De um lado, temos o agricultor humilde e indefeso. De outro, está o burocrata que se investe de poderes soberanos e arbitrários para decidir acima da lei o que é certo e o que é errado, o que é prioridade e o que pode esperar - afirmou Mauro Miranda.

O senador disse ter obtido



Mauro Miranda

a informação de que até 30 de setembro os recursos do Proagro deverão estar disponíveis no Banco do Brasil, por ordem pessoal do presidente da República. Além disso, o governo resolveu centralizar no Ministério da Agricultura a decisão sobre o controle dos repasses do programa a partir do ano que vem. Mauro Miranda também foi informado de que o Proagro será desatrelado dos contratos de crédito rural, cabendo ao Banco Central as rotinas de normatização e de fiscalização.

- As medidas legais estão definidas, as fontes de recursos estão identificadas e a decisão política do presidente da República não pode ser descumprida, sob pena de desmoralizar a sua autoridade diante dos milhares de agricultores deste país - acrescentou.

Nabor afirma que pacote ecológico prejudicará o pequeno produtor

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que a medida provisória que limita em 20% a área de desmatamento florestal em propriedades rurais na Amazônia prejudica seu estado, dificultando o aproveitamento das principais riquezas acreanas, que são a terra e a flo-



Nabor Júnior

resta. "No Acre, nós não temos indústria, o comércio é fraco e o governo é praticamente o único empregador. Com esse pacote ecológico, os produtores rurais ficam totalmente desestimulados", disse.

Na opinião de Nabor Júnior, o governo deve ter atendido a pressões

externas para anunciar esse pacote, mas esqueceu de ouvir os representantes da região, que são os principais interessados no assunto. Ele entende que, mantido o percentual de 20%, vai aumentar a migração de pequenos produtores rurais para as grandes cidades. Para o senador, a iniciativa do governo também desestimulará quem planta.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Áudio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ELCIO ALVARES E NEY SUASSUNA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal